

Capítulos de história dos comunistas no Brasil

CARLOS ZACARIAS DE SENA JR. (ORG.)

Salvador: EDUFBA, 2016. 283p.

Marcio Lauria Monteiro*

Capítulos de história dos comunistas no Brasil foi organizado por Carlos Zacarias de Sena Jr., professor na UFBA. O livro é fruto de seminário ocorrido em 2012, a partir de uma articulação entre as universidades públicas da Bahia, em torno dos noventa anos de fundação do PCB.

Dividido em três partes de orientação cronológica, seu recorte temporal vai das origens do PCB à década de 1950; apenas um artigo extrapola esse período. As partes do livro são “Das origens à Aliança Nacional Libertadora”, “Resistência e legalidade” e “Do manifesto de janeiro de 1948 à declaração de março de 1958 e além”. Destaca-se uma pluralidade de temas e abordagens relativos à história do PCB – pois não se limita à interpretação mais tradicional, focada nos posicionamentos da direção nacional e em biografias de personagens destacados –, incluindo reflexões sobre os centros internacionais do movimento comunista referenciado em Moscou, os percursos nem sempre fáceis de recepção e aplicação dos posicionamentos pelas bases e a atuação do partido na Bahia, região pouco estudada.

É também perceptível uma variedade de avaliações sobre estratégias e táticas utilizadas pelo PCB. É de se notar uma amplitude também na seleção de autores(as), que inclui nomes já consolidados no estudo do PCB e pesquisas recentes ou em curso.

* Doutorando no PPGH-UFF. E-mail: marciolmonteiro@gmail.com

O prefácio, de Marcos del Roio, apresenta uma breve periodização da historiografia sobre o PCB e ressalta a importância de uma história que não omita erros e falhas, concluindo que o partido desde cedo adotou uma estratégia de revolução democrático-burguesa para o Brasil, a qual o reduziu a uma ala democrática da longa “revolução passiva” que teria estruturado o desenvolvimento capitalista no país.

A introdução, de Sena Júnior, também se atém a tal historiografia, mas desenvolve um debate mais detalhado sobre escrita da história, de modo a refletir sobre o que caracterizaria uma “boa história” do movimento operário, uma que permitisse ao movimento acessar criticamente seu passado sem omitir seus erros. Também se debruça sobre a atual investida anticomunista na historiografia sobre o PCB, tecendo críticas ao revisionismo de viés culturalista.

O primeiro artigo, iniciando a Parte I, é “Observações sobre ideias socialistas, anarquistas e comunistas na imprensa (1902-1924)”, de Marly Vianna. Trata-se de um estudo de como as ideias dessas correntes políticas se expressaram na imprensa operária da época, trabalhando a hipótese de que o sindicalismo revolucionário e o positivismo exerceram forte influência sobre as ideias socialistas no país, deixando marcas elitistas e autoritárias.

Em seguida, “Notas sobre as primeiras movimentações comunistas na Bahia e na região cacauzeira”, de Marcelo Lins, se atém às origens do PCB na parte agrária do Nordeste, analisando a dificuldade de precisar nesse local o momento de fundação do partido e sua atividade organizadora de lutas.

“Antônio Maciel Bonfim ou ‘o célebre Miranda’: entre a história e a memória”, de Raimundo Moreira, traz um enfoque biográfico, por meio de jornais e memórias, sobre esse importante quadro do PCB na Bahia nos anos 1930, vitimado pela repressão do Estado e tido como infiltrado policial. Bonfim foi apagado da “história oficial” do partido.

Já “1935: a manhã e a ‘Campanha dos 50’”, de Dainis Karepovs, se debruça sobre a luta estudantil pelo acesso subsidiado ao transporte e à cultura por meio do periódico carioca, então sob forte influência de pecebistas, junto ao contexto de surgimento e ofensiva fracassada da ANL contra o regime Vargas.

“O território do tornar-se: pelas ruas e esquinas o intelectual baiano se fez comunista”, de Rafael Fontes, inicia a Parte II e analisa os locais de socialização e o “campo intelectual” da Salvador do começo do século XX, em especial a Academia dos Rebeldes, fundada em fins dos anos 1920, por intelectuais dos quais se incluía Jorge Amado. Além de tecer reflexões sobre o que é o intelectual e o que o leva ao comunismo, o autor trabalha a hipótese da Academia como órgão “contra-hegemônico”, aglutinando jovens contrários ao integralismo e, por vezes, simpáticos ao comunismo, originando a revista *Seiva* (1938).

“O esteio da ordem: comunistas, greves e sindicatos no Brasil (1945-1948)”, de Sena Júnior, analisa a tática de “união nacional” e a lógica da “hierarquia de contradições”, utilizadas pelo PCB nesse período de legalidade, que priorizavam a luta democracia vs. fascismo acima de trabalho vs. capital. Daí derivava uma orientação de colaboração de classes e oposição às lutas que enfrentassem

os padrões (cada vez mais frequentes), além de uma redefinição de “partido do proletariado” para “partido do povo”, defensor de posturas “ordeiras” e legais. Segundo o autor, tudo estava enraizado na concepção herdada da Internacional Comunista de que a tarefa dos PCs na periferia global seria a revolução democrático-burguesa, contra os “resquícios feudais”.

“O PCB e os Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1947)”, de Raquel Silva, explora a construção extensa e exitosa desses comitês por bairros. Analisando diferentes periódicos, demonstra a autora que o objetivo era ampliar as bases do partido para além dos sindicatos e massificá-los e “popularizá-los”, por meio da resolução de demandas imediatas da população pobre e do combate ao integralismo, de forma subordinada à perspectiva de “revolução democrática” pacífica.

“Insubordinação das bases do PCB frente às orientações dos manifestos de janeiro de 1948 e agosto de 1950”, de Ede Soares, inicia a Parte III, investigando contradições entre a nova linha desses documentos, que rompiam com a “união nacional” ao propor uma ofensiva revolucionária (nos marcos de uma revolução democrático-burguesa) e sua aplicação pelas bases. Trata-se de um estudo de caso sobre o PCB em Alagoinhas, interior baiano, onde a nova linha não foi aplicada, com o comitê local mantendo participação em organismos legais de frente e também interesses eleitorais como forma de conservar a influência conquistada no período anterior.

Frederico Falcão, em “A declaração de março de 1958 na história do PCB”, analisa o desenvolvimento das novas políticas que culminaram em tal documento e as disputas em torno delas. Argumenta que se tratou de uma “completa reformulação” da linha anterior sob a pressão dos debates gerados pelo Relatório Krushev.

Em “A contradição principal: PCB e outros comunistas entre a ‘classe’ e a ‘nação’ (1956-1959)”, Eurelino Coelho aborda a “questão nacional” nas elaborações de três grupos: as teses do PCB de “bloqueio” ao desenvolvimento brasileiro e “colonização” pelo imperialismo dos Estados Unidos (1948-1950); a de “contradição principal” do Brasil sendo nação em desenvolvimento vs. imperialismo norte-americano (1950); e, por fim, as da Liga Socialista Independente sobre o crescente papel do imperialismo de assegurar o poder das burguesias periféricas, de onde derivavam uma estratégia socialista, inspirada na Teoria da Revolução Permanente trotskista.

“Um capítulo não escrito da história do comunismo brasileiro: a trajetória e as funções da *Revista Internacional (Problemas da Paz e do Socialismo)* no período: 1958-1990”, de Muniz Ferreira, estuda o papel organizador e formador desse periódico, publicado sob os auspícios do PCUS após a dissolução do *Kominform* como forma de manter coesos sob suas orientações os demais PCs que dela participavam.

Diante da pluralidade de temas e abordagens, fica claro que se trata de uma obra importante para quem deseja acessar a história do PCB. Especialmente por conta da orientação materialista presente nos artigos, que não cedem terreno ao culturalismo predominante na historiografia atual nem ao revisionismo anticomunista; este, verdadeiro braço historiográfico do neoliberalismo.